

Um modelo formativo em Ciência da Informação, de feição europeia e adequado a Bolonha: o caso da Universidade do Porto

FERNANDA RIBEIRO

RESUMO

Após uma breve resenha da evolução dos modelos formativos, na chamada “área BAD”, quer a nível internacional, quer no contexto português, é feita uma abordagem dos desafios que o Processo de Bolonha coloca e das implicações que tem nos modelos de ensino em Portugal. Em particular, aborda-se o caso do modelo formativo em Ciência da Informação em vigor na Universidade do Porto e sua adequação a Bolonha, processo em que o primeiro e o segundo ciclos de estudos (licenciatura e mestrado) são reestruturados tendo em conta as orientações europeias, não só ao nível do plano curricular, mas também quanto à definição das competências a desenvolver em cada um desses ciclos de estudos.

ABSTRACT

After a short review of the evolution of the formative models, in the so-called “BAD area”, either at international level or in the Portuguese context, an approach of the challenges that the Bologna process places and the implications it has in the educational models in Portugal, is outlined. The particular case of the formative model in Information Science of the Oporto University and its adaptation to Bologna is analysed. In this process, the first and the second cycles of studies (bachelor and masters level) are restructured having into account the European orientations, not only at the curricular plan level, but also, as far as the definition of the competences to be developed, in each one of these cycles of studies, is concerned.

PALAVRAS-CHAVE

CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

PROCESSO DE BOLONHA

BREVE RESENHA DA EVOLUÇÃO DOS MODELOS
FORMATIVOS INTERNACIONAIS

Propôs-nos a Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas uma reflexão sobre “A formação profissional BAD e o Processo de Bolonha”, repto que aceitámos com o maior gosto, até porque, nos últimos anos, nos temos debruçado largamente sobre a problemática da formação, não só por imperativos académicos, mas também pelo gosto em aprofundar um tema que é, a nosso ver, indissociável da condição de qualquer docente universitário.

Reflectir sobre a “formação profissional BAD” (gostáramos mais de falar em Ciência da Informação), remete-nos, desde logo, para a necessidade de conhecer a evolução do próprio campo disciplinar e os modelos formativos que, ao longo do tempo, têm estado subjacentes à preparação dos profissionais da informação; seja qual for o nome que adoptam ou os cargos e as funções que desempenham.

Na maioria dos países da Europa (Portugal incluído), nos Estados Unidos da América e em países de outras zonas do globo, a formação dos profissionais das bibliotecas e dos arquivos começou por ser obtida a partir da experiência no terreno e baseada na reprodução de um “saber-fazer” que, por via empírica, se foi acumulando de geração em geração. No século XIX, as bibliotecas e os arquivos nacionais foram as sedes, por excelência, da formação profissional, embora, a par delas, tenham começado a surgir, um pouco por toda a Europa, escolas de matriz clássica, destinadas a formar arquivistas-paleógrafos e bibliotecários eruditos, de que o caso da École Nationale des Chartes, instituída em Paris, em 1821, é exemplo paradigmático.

A formação académica tardou bastante a implantar-se, apesar de, no terceiro quartel do século XIX, terem surgido, na Europa, casos pontuais de universidades que incluíam a formação de arquivistas (como as Universidades de Bolonha e Macerata, em Itália) ou, nos Estados Unidos, a formação de bibliotecários (Universidade de Columbia)². Estes casos foram absolutamente excepcionais, sendo a formação assegurada, na generalidade dos países, por cursos ministrados pelas associações profissionais de bibliotecários ou arquivistas. Antes dos anos quarenta do século XX não se pode afirmar que a formação de bibliotecários, de arquivistas e, nesta altura, também já de documentalistas, estivesse minimamente introduzida nos meios universitários³.

A evolução dos modelos formativos a nível internacional, na segunda metade do século XX, caracteriza-se por uma grande diversidade. A formação ministrada

por associações profissionais permanece a par da formação universitária, os níveis de ensino e os graus académicos variam muito de país para país, os cursos apresentam estruturas curriculares muito diversas e a separação entre a formação de arquivistas (em alguns países inserida em cursos de História) e a formação de bibliotecários/documentalistas/*information scientists* é uma constante na generalidade dos casos. Além disso, a formação de cariz mais tradicional, correntemente incluída na área da Biblioteconomia (*Librarianship* ou *Library Science*), vê surgir, sobretudo a partir da década de setenta do século passado, alternativas mais voltadas para os problemas tecnológicos e da Sociedade da Informação, em cursos apelidados de Gestão da Informação (*Information Management*) ou Ciência da Informação (*Information Science*) ou alarga-se aos estudos da Informação em cursos denominados de *Library and Information Studies* ou *Library and Information Science*. Por outro lado, a formação tradicional dos arquivistas, muito voltada para os “arquivos históricos”, confronta-se com o surgimento de uma outra linha formativa, direccionada para os “arquivos correntes” / “gestão documental” (*records management*) e, nas últimas décadas, com o aparecimento de uma “nova” Arquivística, também chamada “Arquivística integrada” (Canadá) ou Arquivística científica (perspectiva que tem particular expressão através da revista *Archival Science*), que pretende englobar todo o ciclo de vida dos documentos, desde a génese à conservação permanente.

A panóplia de modelos existente favoreceu, a partir de 1974, o desencadear de um movimento em favor da harmonização das formações, grandemente estimulado pela UNESCO, que culminou com o Colóquio realizado na Library Association, em Londres, no ano de 1987, organizado pela IFLA, a FID, o CIA e financiado pela própria UNESCO. Mas os debates, os estudos e as resoluções em prol da harmonização das formações, apesar de terem congregado esforços vários a nível internacional – até porque, em primeira instância, essa harmonização era justificada pelo facto de «permitir evitar a duplicação de recursos e de infra-estruturas» –, não surtiram efeitos práticos relevantes. Carol COUTURE, num estudo publicado há alguns anos sobre a formação dos arquivistas, afirma que «apesar de toda a energia desdobrada em torno do conceito da harmonização e apesar da criação de duas escolas “harmonizadas”, uma no Senegal, a outra no Ghana, é preciso reconhecer que este conceito foi muito pouco aplicado e que o balanço dos organismos iniciadores conta mais publicações do que acções concretas»!

Não é de estranhar que os resultados de todo este processo tenham sido praticamente nulos e que a ideia de harmonização da formação dos vários tipos de profissionais que lidam com Informação tenha sido uma utopia. Na verdade, o *leit-motiv* para todo o processo fora mais de índole economicista, ligado à crise das universidades, do que de carácter científico e epistemológico. Não havia um projecto teórico nem uma fundamentação consistente que conduzisse a resultados efectivos na concepção dos *curricula* e, a nosso ver, o processo não tinha directrizes suficientemente fortes para ser votado ao sucesso.

No momento actual, o debate em torno da formação e da harmonização dos *curricula* reacende-se, na Europa, num quadro diferente, motivado a montante por interesses políticos mas, mesmo assim, favorável à reflexão e à procura de soluções inovadoras. A Declaração de Bolonha veio colocar novos desafios e estimular as escolas e os profissionais a repensar o(s) modelos(s) de formação.

A EVOLUÇÃO DOS MODELOS FORMATIVOS EM PORTUGAL

Tendo em conta o quadro internacional, acima traçado de uma forma muito breve, importa salientar que, durante largas décadas, Portugal acompanhou sempre, de perto, as tendências dos outros países, tendo sido mesmo pioneiro em alguns aspectos, no que concerne ao modelo formativo tradicional. Com efeito, Portugal é um dos países do mundo em que a formação de bibliotecários e arquivistas começou mais cedo a ser ministrada pela via de um curso superior e também é um dos países em que mais precocemente esta formação foi inserida na universidade. Além disso, a formação ministrada no nosso país, durante quase um século (1887-1982), é dos raríssimos casos de formação conjunta para bibliotecários e arquivistas, contrariando os modelos formativos internacionais, em que os dois tipos de profissionais eram treinados em cursos distintos.

O Curso de Superior de Bibliotecário-Arquivista foi instituído em 1887⁵; tendo uma duração de dois anos; incluía disciplinas de carácter geral, leccionadas no Curso Superior de Letras, e outras de componente mais técnica, que funcionavam no Arquivo da Torre do Tombo e na Biblioteca Nacional. Em 1901 foi objecto de uma remodelação e passou a ser um curso de três anos e a incluir uma formação geral mais alargada. Com a criação da Universidade

de Lisboa, em 22 de Março de 1911, o Curso Superior de Letras foi integrado na nova Faculdade de Letras e, por essa via, passou para a esfera universitária a leccionação das disciplinas de carácter geral do Curso de Bibliotecário- Arquivista⁶. Contudo, a responsabilidade integral pela sua organização e direcção e a prerrogativa para passar as cartas de curso só passaram a ser da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa com a reforma do Curso que teve lugar em 8 de Maio de 1918⁷.

A legislação de 1931⁸ converteu o Curso Superior de Bibliotecário-Arquivista num curso “exclusivamente profissional”, de novo com a duração de dois anos, retirando-o da tutela da Faculdade de Letras de Lisboa e transferindo-o para a alçada da Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos. Foi uma reestruturação que procurou reforçar a vertente técnica e profissionalizante em detrimento da componente científica, perfeitamente em sintonia com as tendências internacionais, e que, além disso, procurou qualificar o nível dos profissionais das bibliotecas e arquivos, uma vez que, com esta reforma, o curso passou a ser de nível pós-graduado (os candidatos ao curso tinham, agora, de ser licenciados).

Foi efémera esta medida legislativa que retirou a formação do contexto universitário, onde já se havia implantado há mais de uma década. Com efeito, em 1935, um novo diploma vem instituir na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra⁹, desta feita a título definitivo, o Curso de Bibliotecário-Arquivista, com a duração de dois anos e um estágio final de seis meses, ao qual se podiam candidatar licenciados em qualquer área do conhecimento. Assim permaneceu até à sua extinção em 1982, ano em que foi promulgado o diploma de criação do Curso de Especialização em Ciências Documentais (CECD)¹⁰ que extinguiu, simultaneamente, o quase centenário Curso de Bibliotecário-Arquivista.

O diploma que instituiu o CECD na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra previa que outras universidades se podiam habilitar a leccionar o curso, desde que tivessem os recursos necessários e o ministério da tutela autorizasse o seu funcionamento. Foi ao abrigo desta disposição legal que, em 1983, as faculdades de Letras das Universidades de Coimbra e de Lisboa viram aprovadas as portarias regulamentadoras do curso, o mesmo acontecendo com a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 1985.

Embora a criação do CECD tivesse representado uma actualização significativa dos conteúdos curriculares relativamente ao anterior modelo formativo, a verdade é que, logo na altura em que surgiu, em resultado de um processo que já se arrastava

há vários anos, o curso foi objecto de críticas por parte dos profissionais!¹¹ A nosso ver, uma das principais fragilidades consistia na introdução de duas “opções” (Arquivo e Documentação e Biblioteca), separando artificialmente a formação dos bibliotecários/ documentalistas da dos arquivistas, numa perspectiva que teve em conta mais a questão das carreiras e das profissões, do que a fundamentação epistemológica subjacente aos campos científicos. Na verdade, aquilo que fora uma das virtualidades do antigo curso – uma perspectiva integrada – passava agora a ser desagregado numa visão redutora e tecnicista.

A evolução recente dos CECD é sobejamente conhecida. A partir de 1988, a lei da autonomia universitária veio favorecer a proliferação de cursos sem a necessidade de uma autorização ministerial que, ao mesmo tempo, tinha como requisito a existência de recursos humanos e materiais para os implementar. Por outro lado, o crescimento desordenado do ensino superior privado, nos anos oitenta e noventa do século passado, também foi um factor que contribuiu para o aumento desmesurado de cursos de pós-graduação na área das “Ciências Documentais”. A crise na procura de cursos no campo das Humanidades, que tem vindo a afectar todas as universidades, bem como a não exigência de pessoal docente de carreira universitária para leccionar nos CECD, são igualmente motivos que justificam a existência, nos dias de hoje, de mais de duas dezenas de cursos de pós-graduação, de matriz tradicional (os planos curriculares seguem, com poucas diferenças, o modelo do CECD instituído em 1982), pese embora a nomenclatura mais “moderna” que é usada para designar as disciplinas.

A par do modelo formativo dominante – o único reconhecido como habilitação indispensável para o provimento dos lugares das carreiras de técnico superior de arquivo e de documentação/biblioteca na administração pública – outras vias de formação foram surgindo, nos últimos anos, embora sem um reconhecimento legal, para efeitos profissionais: referimo-nos aos cursos de mestrado¹² instituídos desde há cerca de uma década, aos cursos de licenciatura, surgidos em 2001, e aos cursos de bacharelato, também de criação recente.

Entre pós-graduações (não conferentes de grau), mestrados, licenciaturas e bacharelatos, Portugal conta, actualmente, com perto de quatro dezenas de cursos, naquilo que comumente se designa por “área BAD”, pese embora o facto de alguns cursos de mestrado e de licenciatura se distanciarem claramente do modelo tradicional. O processo de Bolonha está em marcha e, até 2010, deverá estar implantado em todas as instituições do ensino superior. Como esta mudança

do paradigma de ensino/aprendizagem (Bolonha é, sobretudo, isto) está a reflectir-se na formação dita de “BAD”, é algo que não vimos, até agora, ser debatido publicamente no nosso país. Como é que os cursos existentes se vão “adequar” a Bolonha, é também algo que desconhecemos em relação à generalidade dos casos, pelo que só podemos pronunciar-nos relativamente ao caso da Universidade do Porto, de que temos conhecimento directo.

ENFRENTAR O DESAFIO DE BOLONHA: O CASO DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Em Portugal, o debate em torno do processo de Bolonha tem vindo a realizar-se, nas instituições do ensino superior, de uma forma mais acentuada, sobretudo ao longo dos últimos dois anos. Apesar de a legislação reguladora dos novos ciclos de estudos e do novo modelo de ensino ter sido promulgada muito tardiamente e de o Ministério da tutela ter estimulado muito pouco a reflexão sobre a mudança que Bolonha pretende operar, a verdade é que, no corrente ano lectivo, algumas universidades já iniciaram novos cursos ou reestruturaram os existentes, em conformidade com os requisitos do processo de Bolonha.

No que diz respeito aos cursos de “formação profissional BAD”, maioritariamente de nível pós-graduado, o debate e a reflexão sobre a necessária adaptação a Bolonha não se tem feito sentir. Exceptuando a conferência internacional, promovida pela Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, em Setembro de 2005, subordinada ao tema “Os Profissionais da Informação em Contexto Europeu: perfis, formação, mobilidade”, não conhecemos outras iniciativas, da parte das instituições responsáveis pela formação, tendentes a equacionar o problema. E múltiplas são as questões que importaria colocar, desde logo porque os actuais CECD, que habilitam para o desempenho profissional na administração pública, não conferem um grau académico e não “encaixam” em nenhum dos ciclos de estudos previstos na nova legislação.¹³

Pensar os novos moldes da formação implica, pelo menos, ter em conta algumas premissas e esforços já feitos, a saber:

– o processo de Bolonha tem por objectivo a mobilidade europeia e a comparabilidade de graus e visa a aquisição de competências para o exercício profissional, procurando garantir ao máximo a empregabilidade dos detentores de primeiros ciclos (licenciatura, no caso português) e de segundos ciclos (mestrado) de estudos;

- aplicar Bolonha significa adoptar um novo modelo de ensino/aprendizagem, que vai implicar um esforço considerável por parte do corpo docente, no que toca ao desenvolvimento de novos métodos pedagógicos, novas estratégias de ensino (recurso ao *e-learning*, por exemplo) e diferentes perspectivas na avaliação dos alunos;
- a comunidade profissional, no espaço europeu, tem debatido a questão das competências dos profissionais da informação, sendo indispensável ter como base de apoio o trabalho do European Council of Information Associations, que se materializou no *Euro-referencial I-D*, editado em 1999 e actualizado numa segunda edição, em 2004¹⁴;
- as escolas europeias de Biblioteconomia e de Ciência da Informação, quer através da EUCLID, quer por via de diversos projectos, em que se destaca o papel de liderança da Royal School of Library and Information Science, de Copenhaga, desenvolveram esforços consideráveis no sentido da definição de linhas orientadoras para o design de um *curriculum* europeu na área da “*Library and Information Science*”¹⁵;
- alguns países da Europa, entre os quais se evidencia o caso de Espanha, procuraram reflectir sobre as competências dos novos graduados e sobre as componentes do *curriculum* a implementar, sendo os resultados desse trabalho muito úteis para a comunidade académica europeia, em geral¹⁶.

Tendo por base as premissas e os trabalhos referidos, a Universidade do Porto (UP) tem procurado, pelo menos desde 2004, debruçar-se sobre as questões de Bolonha, no que especialmente diz respeito à área da Ciência da Informação. Tendo estabelecido alguns contactos informais com outras instituições com vista a uma reflexão conjunta, não foi possível encontrar parceiros para atingir tal objectivo, uma vez que as outras escolas ainda não haviam iniciado qualquer trabalho tendente à aplicação da “reforma” de Bolonha.

Como se processou, então, na UP, a adaptação a Bolonha?

A UP tem em funcionamento, desde 1997, um Curso de Mestrado em Gestão de Informação, leccionado pela Faculdade de Engenharia, e um Curso de Licenciatura em Ciência da Informação, iniciado em 2001 e ministrado, em parceria, pela Faculdade de Letras e pela Faculdade de Engenharia. Estes dois cursos foram objecto de adequação ao Processo de Bolonha, estando a aguardar as decisões dos órgãos competentes para que possam ser postos em funcionamento no próximo ano lectivo (2007-2008).

Não havendo, no espaço português do ensino superior, qualquer possibilidade de participar num *forum* de discussão “na área BAD” (ou, no nosso entendimento, da Ciência da Informação), a preocupação da UP foi a de acompanhar os desenvolvimentos internacionais e de procurar, de alguma forma, contribuir para a discussão em torno do *curriculum* europeu, designadamente chamando a atenção para o facto de, na área designada por “LIS” (Library and Information Science), não estarem suficientemente representadas as especificidades da Arquivística, no que ela tem de disciplina aplicada do campo da Ciência da Informação. A visão integrada e abrangente que enforma a Licenciatura em Ciência da Informação da Universidade do Porto é, de algum modo, inovadora no contexto europeu e, na perspectiva de Bolonha, cumpre adequadamente os objectivos definidos para as formações de primeiro ciclo: cursos de “banda larga”, que formem para a empregabilidade (embora não preparando especialistas) e que correspondam a um leque de competências previamente definido em função do exercício profissional.¹⁷ Neste sentido, a UP participou no projecto liderado pela Royal School of Library and Information Science e procurou ter em conta as orientações europeias, bem como o Referencial Europeu das Competências em Informação e Documentação, ao adequar a Bolonha os *curricula* da Licenciatura em Ciência da Informação e do Mestrado em Gestão de Informação.¹⁸

Procurou, também, na adequação daqueles cursos aos requisitos de Bolonha, promover uma reflexão que envolveu docentes que leccionam nos dois cursos e nas duas faculdades. Esta reflexão, na verdade, não se iniciou apenas agora, quando se impôs uma mudança curricular para cumprir os objectivos desta reforma de âmbito europeu. Ela iniciou-se bem antes, ou seja, precedeu a criação do Mestrado em Gestão da Informação e intensificou-se aquando da concepção da Licenciatura em Ciência da Informação em 2001. Desde essa época que a procura de uma fundamentação teórico-epistemológica esteve no cerne das preocupações e na mente do grupo de trabalho que liderou a concepção do curso.¹⁹ O conhecimento da evolução dos modelos formativos, que em traços largos esboçámos no primeiro ponto deste texto, foi fundamental para se perceber, por exemplo, se havia justificação, de carácter científico, para separar a formação dos arquivistas da formação dos bibliotecários ou se, essa separação, que ocorre na maioria dos países, se deve somente ao próprio percurso da Biblioteconomia e da Arquivística, duas técnicas que têm origens seculares em práticas empíricas, justificadas por necessidades mais ou menos naturais.

A percepção da mudança de paradigma que está em curso, por força da revolução tecnológica e digital e da emergência da Sociedade da Informação, foi outro dos factores determinantes para desenhar um curriculum inovador, capaz de proporcionar a aquisição de competências a um profissional da informação nos novos e dinâmicos contextos sociais.

O conhecimento da realidade portuguesa, quer no que respeita à evolução dos modelos formativos, quer em termos de oferta de formação actual e sua relação com o mercado de trabalho, permitiu, igualmente, perceber a necessidade de aproximar a universidade do meio profissional, instituindo um novo modelo formativo mais adequado às exigências e aos desafios que a gestão da informação, em qualquer contexto orgânico, coloca de forma muito premente.

Todos os aspectos enunciados levaram à concepção de um curso novo e inovador que, em muito, já se aproximava dos requisitos de Bolonha, pelo que a reforma curricular agora operada não constituiu um problema de difícil resolução. O maior desafio de Bolonha será, sem dúvida, a efectiva mudança do modelo de ensino/aprendizagem, pois aí, sim, terão de ser erradicadas práticas e métodos de ensino obsoletos e implementadas novas concepções muito centradas no esforço dos alunos. O maior contributo terá de ser, indubitavelmente, dos docentes, pois mesmo que os conteúdos curriculares sejam óptimos e super-actualizados, sem um corpo académico de qualidade não há formação dignificada e qualificada. Por isso, cada vez mais, será necessário ter pessoal docente de carreira, dedicado ao ensino e à investigação, que acompanhe de perto os alunos (em regime tutorial, como se pretende com o novo modelo de ensino) e os ajude a desenvolver as tão almejadas competências. Estar em sintonia com a Europa não passa, apenas, por ter planos curriculares similares aos de outros países, que possibilitem a mobilidade dos alunos no espaço europeu, mas implica, sobretudo, ter estruturas de ensino do mesmo nível dos outros países, sedeadas nas universidades, alimentadas pelos projectos de investigação e reconhecidas pelos organismos de avaliação externa que nos permitem ajuizar da qualidade dos cursos. Este caminho não de faz com amadorismos nem com docência *part-time*. Leva anos a construir e exige muito investimento institucional e individual. Que Bolonha seja a oportunidade para as universidades portuguesas pensarem em fazer este percurso...

NOTAS

¹ Sobre a evolução da formação profissional, desde o século XIX até à actualidade, ver: SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das “Ciências” Documentais à Ciência da Informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Edições Afrontamento, 2002. (Biblioteca das Ciências do Homem. Plural; 4). ISBN 972-36-0622-4. cap. 4.

² O curso de formação de bibliotecários foi instituído em 1887, por iniciativa de Melvil DEWEY, na School of Library Economy.

³ Nesta época, o conceito de “documentação” (formulado e desenvolvido, desde finais do século XIX, por Paul OTLET) e as profissões de “documentalista” ou “bibliotecário especializado” já se haviam implantado e relacionavam-se, essencialmente, com o tratamento da informação científico-técnica.

⁴ COUTURE, Carol – *La Formation et la recherche en Archivistique dans le monde: une étude comparative*. Colab. Jocelyne Martineau et Daniel Ducharme. Montréal: École de Bibliothéconomie et des Sciences de l’Information, Université de Montréal, 1999. p. 10.

⁵ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Direcção Geral de Instrução Pública: 1.ª Repartição: [Decreto de 29 de Dezembro de 1887]. *Diário do Governo*. Lisboa. 3 (4 Jan. 1888) 18-21.

⁶ Equiparação de cadeiras do Curso de Bibliotecário Arquivista à da Faculdade de Letras: Decreto de 14 de Junho de 1913. In *Legislação de 1913*. Compil. da Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1913, p. 4-5.

⁷ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Decreto n.º 4:885 [de 5 de Outubro de 1918]. *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa*. Lisboa. (2.º sem. 1918) 603-606.

⁸ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério da Instrução Pública: Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes: Decreto n.º 19:952. *Diário do Governo*. 1.ª série. Lisboa. 147 (27 Jun. 1931) 1253-1269.

⁹ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Decreto-lei n.º 26:026 [de 7 de Novembro de 1935]. *Diário do Governo*. 1.ª série. Lisboa. 258 (7 Nov. 1935) 1633-1635.

¹⁰ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Decreto n.º 87/82, de 13 de Julho. *Diário da República*. 1.ª série. Lisboa. 159 (13 Jul. 1982) 2089-2090.

¹¹ As comunicações e os debates sobre a formação profissional, que tiveram lugar por ocasião do 1.º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, foram bem elucidativos das críticas feitas ao jovem CECD. A este propósito, ver diversas as comunicações sobre formação profissional em: CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 1.º, Porto, 1985 – *A Informação em tempo de mudança: actas* Porto : BAD, 1985. vol. 1 e 2.

¹² No início dos anos 90 do século passado, o Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial, em parceria com a Universidade de Sheffield (U. K.), iniciou, em Portugal, o primeiro curso de pós-graduação, a nível de mestrado. Intitulado Master of Science in Information Management, este curso era leccionado em Lisboa, mas o grau académico era atribuído pela Universidade de Sheffield. A criação do primeiro mestrado, com diploma atribuído em Portugal, ocorreu em 1997, na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, usufruindo da colaboração de docentes da Universidade de Sheffield. Seguindo a tendência do Reino Unido, o curso adoptou a designação de “Mestrado em Gestão da Informação” e inspirou, certamente, outros cursos de mestrado que, posteriormente, foram aparecendo em outras universidades.

Os cursos de mestrado podem, em condições excepcionais, constituir habilitação para o acesso às carreiras da administração pública.

¹³ Ver, em particular, os seguintes diplomas: PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro. *Diário da República*. 1.ª série-A. Lisboa. 37 (22 Fev. 2005) 1494-1499; PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto. *Diário da República*. 1.ª série-A. Lisboa. 166 (30 Ago. 2005) 5122-5138; PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março. *Diário da República*. 1.ª série-A. Lisboa. 60 (24 Mar. 2006) 2242-2257.

¹⁴ EUROPEAN COUNCIL OF INFORMATION ASSOCIATIONS – *Euro-referencial I-D. Vol. 1 – Competências e aptidões dos profissionais europeus de Informação-Documentação; vol. 2 – Níveis de qualificação dos profissionais europeus de Informação-Documentação*. Trad. INCITE. Lisboa: INCITE, 2005. ISBN 972-98747-4-3.

¹⁵ O relatório de Leif KAJBERG ilustra os esforços desenvolvidos a nível europeu na área da “Library and Information Science” (KAJBERG, Leif – *A Survey of internationalisation activities in European Library and Information Science Schools: report*. Copenhagen: The Royal School of Library and Information Science, 2003); em 2005, no âmbito de um projecto apoiado pelo Comunidade Europeia, no âmbito do Programa Sócrates, a Royal School of Library and Information Science criou um *forum* virtual de discussão em torno da questão curricular, que culminou com a realização de um Seminário em Copenhaga, em Agosto de 2005, e a publicação de um livro (ver: *European curriculum reflections on Library and Information Science Education*. Ed. by Leif Kajberg and Leif Lørring. Denmark: The Royal School of Library and Information Science, cop. 2005. ISBN 87-7415-292-0).

¹⁶ Ver, por exemplo: *Título de grado en Información y Documentación*. Madrid: Agencia Nacional de Evaluación de la Calidad y Acreditación, 2004.

¹⁷ No caso do Curso de Licenciatura em Ciência da Informação da UP, as competências que proporciona equivalem ao Nível 3 do Euro-referencial.

¹⁸ As propostas elaboradas estão ainda em fase de aprovação pelos órgãos competentes da UP, pelo que não é possível, neste momento, divulgar os novos *currícula* ou outros aspectos específicos dos cursos reestruturados.

¹⁹ A este propósito, ver: SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das “Ciências” Documentais à Ciência da Informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Edições Afrontamento, 2002. ISBN 972-36-0622-4.